



ESTUDO DE UM CASO DE PSICOSE BRANCA

Inês Borges Cabral Pereira Bastos

Aluna nº 8941

Orientador de Dissertação

Professor Doutor Eduardo Sá

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

2010

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Eduardo Sá,
apresentada no ISPA – Instituto Universitário para
obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica
conforme o despacho da DGES, nº19673 / 2006 publicado em
Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Eduardo Sá a sua disponibilidade e apoio ao longo deste processo e ao ISPA pela sua compreensão neste ano que não foi nada fácil.

Este ano foi dos mais difíceis da minha vida, a vários níveis. Não foi nada fácil chegar até aqui e conseguir terminar este curso, mas por isso, pela força que me deram, pela energia positiva que me transmitiram e todo o apoio dispensado quero agradecer especialmente:

À minha irmã pela sua amizade incondicional e ao meu irmão pela sua coragem e força

À minha família todo o suporte que me deram e paciência que tiveram ao longo dos muitos anos que levei para acabar este curso,

Especialmente aos meus pais, sem o apoio dos quais me teria sido impossível chegar aqui.

Aos meus amigos e colegas de trabalho que me deram tanta força e me encorajaram a continuar.

Um agradecimento muito especial ao meu marido Jorge pelo apoio que me deu, por ter sido pai e mãe da nossa filha durante algum tempo e pela força que me transmitiu nos bons e nos maus momentos.

Finalmente à minha filha Sara simplesmente por existir.

(As comparações que fazia entre as nossas “salas”, os nossos professores, os nossos trabalhos. A sua simplicidade e compreensão quando a mãe tinha que estar no computador ou não a ver durante o dia porque estava a fazer trabalhos para a escola, foram momentos mágicos que partilhámos e que ficarão para sempre na minha memória).

Muito obrigado!!!

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso de uma adolescente que acompanhei brevemente na consulta de Psicologia do Centro de Saúde onde fiz o estágio acadêmico entre 2008 e 2009.

Trata-se do caso de uma jovem de 13 anos que desenvolve uma possível psicose branca e onde se pode observar, a certa altura, o que parece ser uma difusão da identidade.

Numa tentativa de compreender este caso abordaremos conceitos que se prendem com as relações maternas mais precoces numa tentativa de explicar a origem desta perturbação, segundo a teoria de Bion e avançando com uma hipótese clínica apresentada por André Green, que tem a sua origem precisamente nesta idade precoce.

Recorremos à teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson que nos dá uma perspectiva que vai desde a normalidade até à perturbação e mesmo difusão da identidade, bem como os estatutos da identidade de James Marcia.

Abordamos ainda de um modo geral questões relacionadas com a autonomia do adolescente, numa perspectiva psicodinâmica, interaccional e cognitiva.

Por fim uma breve abordagem muito geral a temas como a escola, o mundo emocional, o corpo, o grupo e as escolhas na adolescência.

Palavras-chave: *psicose branca, relação materna, identidade / perturbação da identidade, autonomia*

ABSTRACT

This work is a case study of a teenager whom I briefly followed in the Psychology consultation of the Health Center where I did my traineeship between 2008 and 2009.

This is the case of a young girl of 13 years developing a possible white psychosis and where you can observe at one point, what seems to be identity diffusion.

In an attempt to understand this case we discuss concepts related to maternal early relations in an attempt to explain the origin of this disorder, according to the theory of Bion and advancing with a clinical hypothesis by André Green, which has its origin precisely in this early ages.

We also appeal to the psychosocial development theory from Erikson which gives us a perspective that goes from the normal identity to the identity's diffusion and the James Marcia's identity states.

We approach in a general way issues related to the adolescent's autonomy, in a psychodynamic, interaccional and cognitive perspective.

Finally a very brief and general approach to issues such as school, the emotional world, body, group, and the choices in adolescence.

Keywords: *white psychosis, mother-infant relationship, identity / identity disorder, autonomy*

ÍNDICE

1. Introdução	Pág. 3
2. Psicose branca e o conceito de mãe morta (André Green) e A função de <i>reverie</i> / a função continente da mãe (Bion)	
2.1. Psicose branca e o conceito de mãe morta (Andre Green)	Pág. 5
2.2. A função de <i>reverie</i> / a função continente da mãe (Bion)	Pág. 7
3. Caso clínico	
3.1. Primeiro Problema	Pág. 9
Resumo	Pág. 5
História clínica	Pág. 5
Agregado Familiar (genograma)	Pág. 10
3.2. Reflexões acerca do Primeiro Problema	Pág. 14
4. Erik Erikson	
4.1. Segundo Problema	Pág. 15
A teoria do desenvolvimento psicossocial	Pág. 15
Quadro I – as crises psicossociais	Pág. 17
Idade pré-escolar / sentimento de inicitiva	Pág. 19
Período de latência / sentimento de realização.....	Pág. 20
Adolescência / identidade / moratória / escola	Pág. 21
Confusão da identidade	Pág. 22
Identidade negativa	Pág. 22
O normal e o patológico	Pág. 22
A moratória psicossocial	Pág. 23

4.2. James Marcia e os estatutos da identidade	
Bloqueamento da identidade (<i>Foreclosure</i>)	Pág. 24
Identidade moratória (<i>Moratorium</i>)	Pág. 24
Difusão da identidade (<i>Diffusion</i>)	Pág. 25
Realização da identidade (<i>Identity Achievement</i>)	Pág. 25
4.3. Reflexões acerca do Segundo Problema	Pág. 25
5. Teorias sobre a adolescência e a autonomia	
5.1. Perspectiva psicanalítica e psicodinâmica	Pág. 26
5.2. Perspectiva interaccional	Pág. 32
5.3. Perspectiva social cognitiva	Pág. 35
6. A escola / o mundo emocional / o corpo / o grupo / as escolhas	Pág. 36
7. Discussão	Pág. 40
8. Conclusão	Pág. 46
9. Referências	Pág. 48

1. INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela temática central deste trabalho, a psicose branca, surge após termos tomado contacto com este termo pela primeira vez e daí ter surgido uma vontade de aprofundar os nossos conhecimentos sobre ele. Ao perceber que temos “em mãos” um caso que se encaixa neste diagnóstico, resolvemos partir para este trabalho de estudo de caso, o que nos leva a reflectir mais aprofundadamente esta temática e chegar a algumas conclusões.

Apesar de não ter sido possível recolher muita informação, deixou-nos a vontade de reflectir acerca dele.

Trata-se de uma jovem de 13 anos de idade que a dada altura começa a ter alterações ao nível do comportamento, que nomeadamente se fazem sentir quando esta adopta uma identidade masculina e se passa a assumir como tal perante os seus pares.

Após assumir a sua homossexualidade, vem a mais uma consulta e depois deixa de vir. Viemos a saber, também, que deixou de ir à escola e recusa sair de casa. Nem aceita vir mais às consultas no Centro de Saúde.

Não é nossa pretensão fazer um trabalho exaustivo sobre a adolescência mas apenas abordar algumas questões que nos parecem mais pertinentes e que se prendem com o objectivo deste trabalho.

Com efeito, ao longo deste trabalho, abordaremos questões que se relacionam com a adolescência e a autonomia, as novas vivências corporais, a pertença a um grupo, a formação da identidade e ainda sobre as relações mais precoces que determinam as vivências futuras e que estão na base de todo o desenvolvimento e formas de estar na vida de uma forma individual e exclusiva.

Iniciamos este trabalho por uma abordagem à temática que nos levou a desenvolver este trabalho, ou seja, a psicose branca e a relação precoce com a mãe, onde seguiremos as visões de dois autores, André Green, que foi quem introduziu este conceito de psicose branca e a perspectiva de Bion nas relações precoces, bem como as funções de *reverie* e mãe continente.

Seguidamente julgamos também essencial perceber como as questões da formação da identidade se podem revelar importantes neste caso, e para isso abordaremos as visões de Erikson, nomeadamente a sua teoria de desenvolvimento psicossocial, e James Macia e os estatutos da identidade.

Por fim, não queremos deixar ainda de introduzir uma perspectiva geral sobre a adolescência e a questão da autonomia, e para tal abordaremos brevemente a perspectiva psicanalítica e psicodinâmica, a perspectiva interaccional e a perspectiva social cognitiva e as teorias de alguns dos autores mais marcantes em cada uma delas.

E ainda focar muito levemente pontos importantes da adolescência como o adolescente e a escola, e o mundo emocional, e o corpo, e o grupo e as escolhas.

O objectivo deste estudo é essencialmente, tendo em conta as questões teóricas que abordaremos e que acima referimos, tentar perceber e tentar encontrar explicações que nos permitam compreender o que poderá ter levado a C.S. a esta situação, a este sofrimento incapacitante para as suas vivências actuais.

Resumindo, dentro do quadro que envolve este caso, optámos por abordar essencialmente a relação materna que a C.S. estabeleceu precocemente com a sua mãe, as questões que se prendem com uma possível perturbação da identidade, e por fim as questões que se prendem com a autonomia da C.S. em relação à sua família nuclear e para isso escolhemos abordar estas temáticas do ponto de vista dos autores já acima referidos.

2. PSICOSE BRANCA E O CONCEITO DE MÃE MORTA (André Green)

A FUNÇÃO DE REVERIE / A FUNÇÃO CONTINENTE-CONTEÚDO DA MÃE (Bion)

2.1. PSICOSE BRANCA E O CONCEITO DE MÃE MORTA (André Green)

Jean-Luc Donnet e Andre Green, em 1973, introduzem a noção de psicose branca, com base numa sessão de Psicanálise com um paciente, “Z”.

Com esta noção descrevem o “núcleo psicótico fundamental” caracterizado pelo branco do pensamento, a inibição das funções de representação e a bitriangulação. Nesta última, a diferença dos sexos que separa dois objectos camufla a clivagem de um único objecto bom ou mau, o sujeito, estando sob as influências combinadas de uma presença intrusiva persecutória e da depressão por perda do objecto.

Para Green, a psicose branca não é uma síndrome definível, trata-se de uma estrutura invisível, sempre aquém ou além do que a sua denominação tenta abranger. A psicose branca seria a psicose sem psicose, uma estrutura-matriz como condição de possibilidade da manifestação psicótica, sem que, necessariamente, tal manifestação se dê.

Afirma que a psicose é um conflito entre a pulsão e o pensamento, no qual o pensamento é atacado pela pulsão, o aparelho de pensar pensamentos vê-se assim, atingido na sua integridade e não se reconhece no seu próprio funcionamento.

Green fala da clínica do vazio, do negativo, de psicose branca, luto branco: um desinvestimento massivo que deixa buracos psíquicos que serão preenchidos por reenvestimentos.

André Green (1983) criou o conceito de mãe morta, que se trata de uma metáfora, para definir a mãe enlutada e depressiva que cuida de um bebé e as consequências desse comportamento na criança.

Não se trata da mãe real mas de uma imago que se constitui na psique da criança em consequência de uma depressão materna, particularmente devido a um luto sofrido pela mãe, mas também por abandono ou humilhações e grandes infortúnios vividos por ela. Green (1983) demonstra o quanto essa mãe que está a criar um bebé pode afectá-lo, por estar com o seu estado emocional comprometido pelo traço essencial de uma depressão.

A mãe morta é, então, uma mãe que permanece viva, mas que está, aos olhos da criança de quem ela cuida, morta psiquicamente. Green diz que esta depressão materna transforma brutalmente o objecto vivo, fonte de vitalidade da criança, em figura “distante, átona, quase inanimada, impregnando muito profundamente os investimentos de certos sujeitos que temos em análise e pesando sobre o destino de seu futuro libidinal, objectal e narcisista”. (Green, 1983, p. 239).

A transformação na vida psíquica, no momento do luto súbito da mãe que desinveste brutalmente do seu filho, é vivida pela criança, segundo Green (1983), como uma catástrofe. Primeiro porque, sem qualquer aviso prévio, o amor foi repentinamente perdido, havendo um trauma narcisista. Há ainda uma perda de sentido para a criança, pois ela não entende o que aconteceu.

Segundo Green (1983), a criança que teve uma “mãe morta”, no sentido dessa metáfora, sofreu uma brusca interrupção no início da sua vida. Antes, tinha uma relação rica e feliz com a mãe e sentia-se amada. Depois, de forma abrupta, e sem entender o porquê, vive a perda de amor da mãe.

Green (1983) destaca ainda que a criança teve a cruel experiência de ficar precocemente dependente às variações de humor da mãe. Por esse motivo, desenvolveu a capacidade de adivinhar ou antecipar os acontecimentos. Essa capacidade para antecipar ou adivinhar os acontecimentos, segundo o autor, nada mais é do que uma tentativa de dominar a situação traumática.

Esse domínio, no entanto, poderá fracassar, segundo Green (1983), pois as sublimações idealizadas precocemente são provenientes de formações psíquicas prematuras e precipitadas, o que abrirá a possibilidade de o sujeito ser incapaz de se equilibrar nas suas relações de objecto e ter um ponto vulnerável nesse sentido, que é sua vida amorosa. “Em suma, os

objectos do sujeito ficam sempre no limite do Eu, nem completamente dentro nem totalmente fora. E isto porque o lugar está ocupado, no centro, pela mãe morta”. (Green, 1983, p. 252).

2.2. A FUNÇÃO DE REVERIE / A FUNÇÃO CONTINENTE-CONTEÚDO DA MÃE (Bion)

Bion (1991) introduz conceitos teóricos e abstractos que nos levam a entender e explicar, do seu ponto de vista, o crescimento mental do bebé. Quando nasce o bebé necessita de alguém que funcione como uma “função”, que terá uma tarefa bastante específica no desenvolvimento mental, que é transformar a angústia de morte numa outra mais aceitável, assumindo-se simultaneamente, como precursor do aparelho para pensar os pensamentos.

Seguindo as palavras de Pinto (2003) para entender o desenvolvimento emocional do bebé, Bion criou o conceito de mãe como continente-conteúdo que explicita a transformação dos conteúdos agressivos do bebé, isto é, a mãe, pela sua empatia emocional percebe, transforma e devolve os medos e fantasias destrutivas do bebé noutras mais toleráveis. No entanto, esta mãe fusionada tem que dar lugar a outra mais separada que seja atenta mas que ao mesmo tempo permita à criança desenvolver a sua singularidade humana, o que não acontecendo poderá ficar um emaranhado onde não se percebe quando acaba a criança e começa a mãe.

Esta separação dá-se de uma forma progressiva. O bebé vai passando de uma dependência total inicial até chegar à longínqua autonomia, que se adquire apenas no final do processo adolescente.

Para Bion (1991), a mãe que ama o bebé dá-lhe, além dos meios físicos de comunicação, a expressão desse amor por meio do que o autor chamou de *reverie*. Nesse sentido, a mãe está em estado de sonho e, por esse motivo, pode captar o que se passa com o filho não tanto pela atenção comum dos órgãos dos sentidos, mas pela intuição. Há, no estado de *reverie*, uma sensibilidade mais afluída, capaz de colher as identificações projectivas da criança, independentemente se são boas ou más.

Bion desenvolveu o conceito de função de *reverie* materna, que prevê a capacidade da mãe de receber os elementos *alfa* – angústia, agressividade – nela colocados pelo bebé, por identificação projectiva. Ela precisaria processar estes elementos, tornando-os digeríveis para o bebé (elementos beta), constituindo nele a capacidade de pensar.

Segundo Pinto (2003) a díade mãe-filho é essencial na formação da singularidade humana. A especificidade de cada um surge de uma relação exclusiva e inicial que a mãe e o bebé estabelecem. A mãe aqui assume-se como um espelho mais ou menos distorcido sendo este o primeiro rosto para o bebé. Atenta, feliz, ansiosa ou agressiva ela revela ao seu bebé uma imensidade de expressões emocionais que se vão organizando numa matriz que o passará a identificar.

Cria-se assim um inter-jogo de expectativas que facilitam o surgimento de determinados comportamentos e inibem o surgimento de outros. Esta adequação depende de dois factores essenciais deste inter-jogo:

- a capacidade de *reverie* materna
- e o nível de tolerância à frustração.

Bion (1991) refere a capacidade de tolerância por parte do bebé um valor essencial para o desenvolvimento. Esta encontra-se ausente nas crianças mais perturbadas, ficando o bebé prisioneiro da “oscilação entre a tentativa de ampliar o contacto e a tentativa de o restringir (...)”. (Bion, 1991, p. 70, citado por Pinto, 2003, p. 36) com receio de fragmentar a personalidade em partes mínimas. Há sempre o medo de um ataque fragmentário ao aparelho de percepção da realidade, tornando-se o contacto com esta, impossível. As “(...) partículas expelidas levam uma vida independente e descontrolada, seja contendo o objecto externo, seja sendo contidas por ele”. (*op cit.*). O mundo interno e externo ficam povoados de objectos bizarros, onde a fantasia é sentida como uma coisa em si. A intolerância mental impede a vinculação à figura materna.

“As falhas nessas funções maternas, (por insuficiência constitucional do bebé ou por deficiente empatia materna) obrigam a clivagens e idealizações crescentes, onde o outro é somente extensão, em espelho, da sua mácula ou da sua idealização, destinando-se as relações ao fracasso e à desilusão. A ferida narcísica invalida qualquer identificação projectiva realista

necessária ao entendimento, aceitação e transformação criativa do mundo”. (Pinto, 2003, p. 50).

3. CASO CLÍNICO

3.1. Primeiro Problema

Até que ponto haverá neste caso sintomas de uma psicose branca.

RESUMO

Este caso diz respeito a uma adolescente de 13 anos (fez 13 anos cerca de 1 semana depois da sua primeira consulta). Teve início em Outubro de 2008 e apenas veio a 3 sessões.

A primeira entrevista foi realizada com os pais da C. S. que pedem o acompanhamento pois estão muito preocupados com o comportamento da filha e julgam que está relacionado com uma revelação que lhe querem fazer e parece que ela já desconfia do que se trata.

HISTÓRIA CLÍNICA

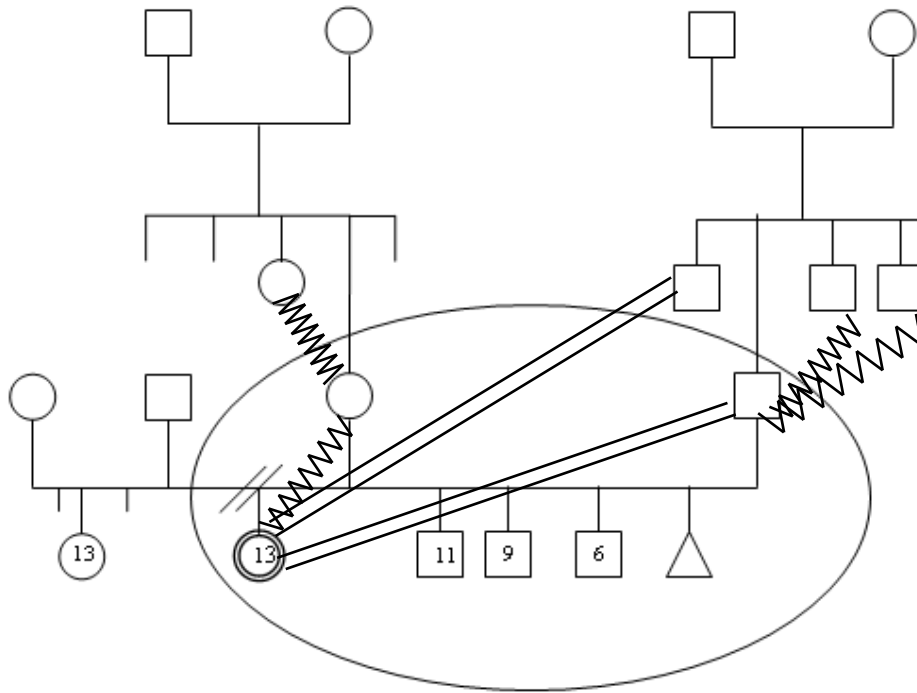
Motivo da consulta

Os pais pedem ajuda e acompanhamento para revelar que a C. S. não é filha biológica do seu pai, com quem vive desde sempre. Além disto sentem a C. S. muito agressiva

História Actual

A C. S. tem 13 anos e frequenta o 6º ano do 2º Ciclo. Reprovou no 3º ano pois foi operada ao nariz e garganta a meio do ano e no 5º ano porque se desinteressou pelos estudos.

Agregado Familiar (Genograma)



Uma vez que apenas foram efectuadas três consultas não foi possível recolher mais informação que nos permitisse completar o genograma desta família. No entanto, sabemos que na fratria da mãe da C.S. são 5 irmãos. Sabemos que esta tem pelo menos uma irmã, mas não sabemos quais as suas posições na fratria.

Não sabemos quantos irmãos tem o pai afectivo, nem qual a sua posição na fratria.

Não sabemos se o pai biológico tem mais filhos da outra relação, apenas sabemos que há, pelo menos, uma irmã.

O agregado familiar é constituído pela mãe, pelo pai afectivo e por três irmãos do sexo masculino, de 11, 9 e 6 anos. Sabemos ainda que a mãe da C.S. está grávida.

A C.S. é filha de uma relação que a mãe teve e que terminou enquanto ainda estava grávida dela. O padrasto juntou-se com a mãe da C.S. ainda durante a gravidez desta e perfilhou-a. Ela desconhece que este pai não é o seu pai biológico.

Os pais desconfiam que ela já poderá saber alguma coisa pois há uma irmã (filha do pai biológico) que sabe desta situação e que anda na mesma escola, é provável que já tenha havido conversas.

A C.S. inclusivamente já falou numa situação hipotética em que se passaria uma situação deste género, com uma amiga.

A C.S. diz que na sua família “não batem bem” (*sic.*).

Do lado da mãe são 5 irmãos e dão-se todos bem com excepção de uma irmã com quem a mãe não fala a não ser em alturas de festa (aniversários, Natal). Por isto a C.S. gosta das festas, para ver toda a gente a conviver sem problemas. Coisa que não acontece no resto do ano.

Do lado do pai há bastantes conflitos entre os irmãos, inclusivamente há irmãos que não se falam. A C.S. não se sente confortável com esta situação porque gosta de todos e não acha bem que irmãos se deixem de falar. Ela refere mesmo que nunca fará isso com os irmãos apesar deles serem uns “chatos”.

Tem tios do lado pai que são homossexuais.

Os irmãos, o mais velho (com acompanhamento psicológico) e o mais novo, têm muitos maneirismos e são bastante efeminados. Gostam de brincar com bonecas. Quando estão em casa dos primos a C.S. e o irmão do meio vão jogar “Playstation” para o quarto do primo e os outros dois vão brincar às bonecas para o quarto da prima. A C.S. está muito preocupada com estes irmãos, principalmente com o mais velho, que vai agora para o 5º ano e ela não quer que ele passe pelo mesmo que ela passou, o gozo, as agressões, etc... Diz estar a preparar-se para ter que ir para a escola do irmão para bater nos colegas.

A C.S. tem uma aparência marcadamente masculina. Pela roupa não se consegue distinguir se se trata de uma rapariga ou de um rapaz. Traz sempre calças a cair pela cintura, ténis e blusões. Anda com a cabeça sempre para baixo, como se tentasse esconder a sua verdadeira identidade.

O cabelo também pode ser identificado com os dois géneros. É comprido, escuro e encaracolado. Sempre amarrado num rabo de cavalo. Traz quase sempre um boné que a ajuda a tapar as expressões.

Quando fala, mal nos olha nos olhos e está constantemente a morder os lábios. Os sorrisos são escassos e parecem comprometidos. O olhar é triste e raramente no nosso sentido, olha-nos de lado. Um misto de vergonha e desafio.

A C.S. é que toma conta dos irmãos durante o dia quando os pais estão a trabalhar. Muito protectora e preocupada com eles.¹

Gosta de jogar à bola, ouvir música, jogar “Playstation” e estar no “Messenger” a falar com os amigos. O pai arranhou um segundo emprego, trabalha de noite e de dia numa padaria para lhes comprar no Natal uma “Playstation” portátil para cada um.

Na segunda consulta apareceu com uma grande confissão para fazer, que era homossexual. Nunca tinha contado isto a ninguém a não ser a um tio homossexual que ela diz que a tem ajudado. Pelo que a C.S. diz a ajuda deste tio passa exclusivamente por ir passear com ela, com o objectivo da C.S. apreciar raparigas e o tio apreciar rapazes. Apresenta-lhe raparigas e aparentemente incentiva esta ideia, da homossexualidade, na C. S.

A C.S. não só se assume como homossexual, como revela que, a partir de certa altura, começa a utilizar a página na internet de um amigo, ao colocar lá fotografias dela (acentuadamente masculinas). Começa a ter “sucesso” entre as raparigas que vai conhecendo on-line (algumas delas da sua própria escola). Passa a ser conhecida como “o bacano” que acaba por “sair” do mundo virtual para o real. Apenas algumas pessoas sabem que “o bacano” é a C.S.

¹ Na **Escola**, na altura que reprova no 5º ano o motivo que indica parece ter sido dificuldade de adaptação à escola. Refere que era perseguida pelos colegas e chegou mesmo a ser agredida fisicamente. Começou a virar-se contra eles. Batia em raparigas e rapazes. Diz que agora a situação já acalmou, no entanto, não hesita em recorrer à violência para se defender ou para defender os irmãos.

Ela já teve uma relação amorosa com uma rapariga, que sabia que ela era rapariga. Esta relação terminou porque a outra rapariga foi viver para longe de Lisboa, mas mantêm o contacto.

As raparigas apaixonam-se por ela a pensar que “o bacano” é mesmo um rapaz e isto está a ficar um tanto incontrolável porque as raparigas perseguem-no/a na rua, a dizer que estão apaixonadas (tal como se se tratassem de fãs), ela apaixona-se por elas pelas conversas que têm na net, mas não pode dizer que é realmente uma rapariga pois isso iria resultar numa ruptura com estas pessoas que ela gosta e seria uma vergonha perante todos, assumir que tem estado a fazer-se passar por rapaz (e daí viriam com certeza os comentários sobre a sua sexualidade).

Há rapazes que sabem que ela é rapariga (inclusivamente a C.S. chegou a referir já ter tido um namorado, só para passar o tempo) e raparigas que também sabem. Mas há aquelas raparigas que não sabem, pois são de outra escola e conhecem-se pelo “Messenger”, e que se apaixonam.

A C.S. parece gostar deste tipo de atenção (quase obsessiva) da parte de algumas raparigas, que a /o) perseguem, fazem declarações na rua, etc. Mas ao mesmo tempo não parece sentir-se bem consigo mesma neste papel.

A C.S. tem muito medo da reacção da mãe à notícia da sua homossexualidade (a mãe diz que deixa de falar a qualquer dos filhos se estes forem homossexuais e que os põe fora de casa), o pai diz aceitar as escolhas dos filhos.

A mãe está grávida do 5º filho. A C.S. está contente por ter um bebé para tomar conta e se for uma rapariga vai dividir o quarto com ela. A C.S. consegue demonstrar um lado feminino e maternal ao falar deste irmão, assim como o revela em relação aos outros.

Ela está envolvida num meio onde a homossexualidade parece estar bastante presente, pelo menos da parte da família do pai. É uma realidade segura. Independentemente da sua homossexualidade ou não, neste momento, ela está bastante baralhada e sozinha.

Apesar dos nossos esforços para continuar a seguir a C.S., que entretanto desistiu da escola e praticamente não sai de casa, ela não voltou às consultas.

O pai tentou trazê-la e a mãe também voltou a contactar para o reinício do acompanhamento, mas a C.S. continua a não querer. Chegou mesmo a haver, mais tarde, uma marcação de consulta à qual a C.S. não compareceu.

3.2. Reflexões acerca do primeiro Problema

Psicose Branca	Caso Clínico
Psicose sem a psicose (descompensação)	Isolamento; confusão de identidade
Pulsão de morte sobre o que é pensado	Afastamento do meio exterior; assumir de uma nova identidade
Desvitalização da vida mental	Desligamento; impossibilidade de lidar com a situação
Mãe sem confiança básica, sem autonomia. Um mau objecto	Grávida sem o pai biológico; possível sentimento de revolta contra esta gravidez e esta criança; pouco investimento na relação com os filhos

Com base neste quadro podemos verificar que há pontos em comum entre as principais características da psicose branca.

A mãe, parece não ter conseguido exercer a função de rêverie com esta criança. Esta função seria necessária na elaboração dos pensamentos do bebé, organizadora e securizante. Esta mãe parece não ter sido capaz de intuitivamente perceber as necessidades do seu bebé, deixando-a num estado como que “vazio”, “em branco”.

Confirma-se portanto, assim, a questão levantada no nosso primeiro problema.

4. ERIK ERIKSON

4.1. Segundo Problema

Podemos ainda analisar este caso sob uma perspectiva de confusão de identidades olhando para a teoria de Erikson e Macia para nos guiar.

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

A visão de Erikson parece-nos bastante completa pois a sua descrição vai desde a difusão da identidade até à normalidade, percorrendo e vivendo o sujeito uma série de crises que levam à integridade do Self. Por este motivo julgamos interessante abordar todas estas fases, ou etapas para um melhor entendimento de todo o percurso desenvolvimental da identidade do sujeito.

Segundo Vaz (1990), na sua teoria geral do desenvolvimento humano, Erikson analisa a evolução do *ego* na sua vertente adaptativa e não apenas defensiva. Inspirando-se na teoria do desenvolvimento de Freud, perspectiva o desenvolvimento tendo em conta aspectos de cariz biológico, individual e social. Aprofunda o estudo das condições históricas e culturais que rodeiam o indivíduo.

O conceito de identidade é fundamental na teoria de Erikson, sendo esta “a identidade do *ego* pois é o *ego* que é considerado responsável pelo trabalho de selecção e integração que vai sendo feito e que origina o sentimento de identidade” (Vaz, 1990, p. 108). Considera os conceitos psicanalíticos clássicos incompletos pois não desenvolvem nem aprofundam o conhecimento do mundo externo ou da realidade exterior.

A identidade do *ego* é, pois, um processo não só relacionado com o indivíduo mas também com a sociedade que o rodeia, que procura estabelecer a integração destas duas identidades. O *ego* vai ser objecto de reflexão para “esclarecer o que a ordem social pode outorgar primeiro à criança, à medida que a mantém e à medida que, ao prover às suas necessidades, de maneiras específicas, a introduz num estilo cultural particular”. (Erikson, 1972, p. 42).

“A intenção de Erikson de propor uma explicação do crescimento normativo, que englobe e interrelacione as vertentes individual e social da evolução vai ser concretizada na elaboração do Ciclo Vital. Este descreve o desenvolvimento do *ego* através de uma sucessão de etapas que combinam aspectos biológicos, individuais e sociais e estabelece a epigénese da identidade (que corresponde à crise psicossocial da adolescência)”. (Vaz, 1990, p. 108).

A perspectiva do desenvolvimento subjacente ao Ciclo Vital pressupõe que existem uma série de crises que a personalidade enfrenta e tenta resolver. “Estas crises estão ligadas às qualidades que o *ego* vai adquirindo ao procurar sintetizar e integrar a evolução biológica e a estrutura social”. (Luzes, 1979, citado por Vaz, 1990).

Por crise entendem-se momentos muito importantes, “(...) um ponto decisivo, um período crucial de crescente vulnerabilidade e de potencialidade acentuada (...)”. (Erikson, 1972, p. 92).

O princípio explicativo do desenvolvimento é o epigénico (da embriologia), segundo o qual o crescimento se processa a partir de um plano básico do qual surgem as várias partes componentes, tendo cada uma delas o seu tempo de ascensão especial (Erikson, 1972, citado por Vaz, 1990). O desenvolvimento decorre então, através de um certo número de fases e esta evolução consiste numa diferenciação das partes, estando cada elemento de uma determinada fase relacionado com todos os outros e existindo antes que chegue o seu momento crítico (Erikson, 1966, citado por Vaz, 1990).

Quadro I – As crises psicossociais, segundo Erikson (Vaz, 1990, p. 110)

Confiança/ Desconfiança				Aceitação recíproca/ Isolamento autístico			
	Autonomia/ Vergonha, Dúvida			Vontade afirmação pessoal/ Dúvida de si			
		Iniciativa/ Culpa		Antecipação de papel/ Inibição de papel			
			Realização/ Inferioridade	Identificação ao trabalho/ Sentimento de futilidade			
Perspectiva temporal/ Confusão temporal	Auto- certeza/ Consciência de si	Experimentação de papel/ Fixação de papel	Aprendizagem/ Paralisa no trabalho	Identidade/ Confusão da Identidade	Identidade sexual/ Confusão bissexual	Autoridade, Camaradagem/ Confusão da autoridade	Comprometimento ideológico/ Confusão de valores
					Intimidade/ Isolamento		
						Geratividade/ Estagnação	
							Integridade/ Desespero

Neste quadro (quadro I), na linha diagonal, observamos as crises psicossociais, segundo Erikson. Que vão desde o estabelecimento do sentimento de *Confiança / Desconfiança* até à crise da *Integridade / Desespero*.

Na linha horizontal, podemos observar os vários aspectos da crise na adolescência, entre a *Identidade* e a *Confusão da identidade*.

Segundo Erikson, o desenvolvimento deve integrar os elementos biológicos, individuais e sociais, através de um processo de regulação mútua:

“(...) a criança saudável, dada uma orientação oportuna de regras de conduta, obedecerá às leis internas do desenvolvimento, leis essas que criam uma sucessão de potencialidades para a interacção significativa com aquelas pessoas que a abordam e lhe respondem e aquelas instituições que se prestam a acolhê-la. Conquanto essa interacção varie de cultura para cultura, ela deve manter-se nos limites do ritmo apropriado e da sequência adequada que governa toda a epigénese”. (Erikson, 1972, p. 89).

Sendo a concepção do desenvolvimento de Erikson, uma série de crises psicossociais, cada uma delas característica de um determinado período do desenvolvimento, poderemos afirmar, segundo Marcia (1986) que esta é uma teoria de estádios, “(...) embora não necessariamente estrutural (...)” (Marcia, 1986, p. 25), “uma vez que o aparecimento de um novo estádio não depende da boa resolução dos estádios anteriores, mas a qualidade de resolução de um estádio particular está relacionada com a qualidade de resolução dos estádios precedentes”. (Vaz, 1990, p. 111).

Como nos diz Vaz (1990) a concepção de Erikson implica que se respeite o desenrolar de cada crise psicossocial, pois esta resolução é fundamental para o desenvolvimento posterior da criança.

O facto de Erikson considerar que os elementos de cada crise estão presentes também nas outras, indica-nos que crises anteriores, não resolvidas, podem actualizar-se, mais tarde de uma forma satisfatória, possibilitando assim a resolução positiva de crises anteriores não resolvidas. Para Marcia (1986) esta situação pode mesmo dar-se numa psicoterapia ou num aconselhamento que, de certa forma, criam um *average expectable environment* favorável à resolução dessas crises.

“O clínico deve impor-se uma atitude o mais neutra possível e é graças a esta atitude que os mecanismos se podem revelar com uma certa clareza (...)”. (Erikson, 1985, p. 82).

IDADE PRÉ-ESCOLAR / SENTIMENTO DE INICIATIVA

Segundo Vaz (1990) o período do desenvolvimento do sentimento de iniciativa é caracterizado por dois aspectos fundamentais: a curiosidade sexual e a possibilidade da criança ensaiar por si mesma tarefas que até aí pertenciam à interação com os pais.

Com o desenvolvimento da linguagem e da motricidade o campo de acção torna-se cada vez maior e é nesta altura que se começa a esboçar a identidade psicosexual, dirigindo a criança o seu interesse, essencialmente para questões relacionadas com a diferença entre os sexos.

Nesta altura, na criança começa a notar-se um reduzido interesse por tarefas ou objectivos muito concretos. O seu fluxo imaginário dirige-a para relações transferenciais com figuras adultas que encontra no seu meio envolvente, fora da família, como por exemplo, na escola. Facilmente a criança mostra-se zangada face à frustração dos seus desejos e pode manifestar, em consequência, vivências persecutórias. Podemos aqui referir o impulso sexual infantil que Erikson descreveu neste período.

Atendendo a que a situação edipiana está ainda por resolver, a rivalidade infantil ainda não deu lugar à competição sadia. Nota-se ainda uma intensa rivalidade destas crianças de forma a chamarem a atenção dos adultos que tomam conta delas.

“O sentimento de iniciativa referido por Erikson pode ser associado à procura de soluções que intensamente a criança procura enquanto que o sentimento de culpa pode relacionar-se com a evolução do complexo de Édipo que originará o *superego* e que está em relação com o surgir da culpabilidade”. (Vaz, 1990, p. 113).

PERÍODO DE LATÊNCIA / SENTIMENTO DE REALIZAÇÃO

Como nos diz Vaz (1990) a partir de certa idade a criança necessita de ter o sentimento que é capaz de fazer as coisas e que as consegue fazer bem. Assim surge a crise psicossocial que se caracteriza numa oposição entre o desenvolvimento de um sentimento de realização e um de inferioridade.

Esta crise está profundamente relacionada com o período de latência da teoria psicosssexual de Freud.

O recalçamento da pulsão sexual, a sublimação, a formação reactiva e o deslocamento conjugam-se para que a criança deixe de centrar a sua curiosidade em questões relacionadas com a diferença entre os sexos e passe a interessar-se por outro tipo de actividades. A necessidade que ainda sente de brincar e sonhar já não a satisfaz totalmente. No seguimento da sua evolução a criança encontra-se agora num período de espera entre a sexualidade infantil e o desenvolvimento físico final, que só acontece na puberdade.

“Em vez de criar um espaço que aceite passivamente a criança neste período de latência, com os seus mecanismos adaptativos, mas também com as suas contradições, Erikson estrutura um espaço de transformação, onde a transformação do *ego* se revela essencial (...).

No entanto, esta ênfase (...) na liberdade da criança, não deve levar a uma ausência de autoridade e directividade (...), pois isto não estaria de acordo com as próprias características do desenvolvimento da criança”. (Vaz, 1990, p. 115).

O período de latência se for vivido de uma forma muito rígida, pode dificultar a vivência da fase seguinte, a adolescência, e a recriação dos mecanismos necessários à adaptação adulta. No entanto, se este período é perturbado por uma situação oposta, pode ser prejudicada a apreciação do real e das suas virtualidades.

ADOLESCÊNCIA / IDENTIDADE, MORATÓRIA E ESCOLA

Em Vaz (1990), mais do que em qualquer outro período do desenvolvimento psicossocial, na adolescência o meio é fundamental. Nesta altura a crise psicossocial é a da formação da identidade / confusão da identidade, esta etapa é fundamental para a sua formação, embora esteja em desenvolvimento desde o nascimento. É nesta altura que se procede à síntese das identificações infantis, o indivíduo apresenta-se como uma pessoa diferenciada e é assim reconhecida pela sociedade.

“Para Erikson, o conceito de identidade está intimamente ligado à perspectiva de desenvolvimento e também à sociedade e ao período histórico”. (Vaz, 1990, p. 117).

Só na adolescência, existe já um conjunto de factores, como o desenvolvimento físico, psicológico e social, que vão permitir que ao jovem a formação de uma identidade. Ao afastar-se progressivamente do mundo infantil, o adolescente, vai adquirir um novo sentido de si, que engloba a não só a maturidade sexual, atingida nesta altura, como também o seu reconhecimento pela sociedade.

Erikson apresenta a adolescência como uma crise normativa que corresponde a “(...) uma fase normal de crescente conflito, caracterizada por uma aparente flutuação da robustez do *ego*, assim como por um alto potencial de crescimento”. (Erikson, 1972, p. 161). Esta etapa é especialmente vulnerável pois dela advêm grandes modificações, para além da complexa tarefa nela incluída, como é a formação da identidade.

Numa diferente dimensão das crises anteriores, embora com os mesmos elementos, surge também a crise da adolescência como a questão da confiança em si e nos outros, da autonomia, da imaginação acerca do que poderá ser ou a da capacidade de execução de tarefas. Os elementos antecipativos desta crise têm relação com a polarização sexual, com questões da autoridade e com aspectos ideológicos e de valores.

CONFUSÃO DA IDENTIDADE

Podemos falar em confusão da identidade como um pólo negativo da sua formação e que vai ser marcado pelos elementos das crises psicossociais que não foram resolvidos, como nos diz Vaz (1990). Nesta altura pode verificar-se confusão temporal, dúvida quanto ao próprio *ego*, rigidez nas atitudes ligadas à situação edipiana, paralisia no trabalho e pode ainda verificar-se uma negação completa da identidade pessoal e a formação de uma identidade negativa.

Esta confusão aparece muitas vezes quando o adolescente se vê confrontado com experiências que exigem uma escolha e um compromisso, como por exemplo, a escolha de uma profissão ou o início de uma relação íntima.

IDENTIDADE NEGATIVA

Na identidade negativa, segundo Vaz (1990), verifica-se uma tentativa de ser diferente de toda a gente. Na negação completa da identidade pessoal, o adolescente esforça-se por ser uma outra pessoa, quer ser tratado por um nome diferente do seu e pode mesmo reconstruir todo um passado diferente.

O NORMAL E O PATOLÓGICO

Uma vez que é já esperado que os jovens tenham por vezes alguns comportamentos estranhos, levanta-se aqui uma questão bastante delicada, que se prende com o facto de perceber o que de facto é normal e o que é já patológico.

Nem tudo faz parte do desenvolvimento normal e quando aparentemente há uma confusão de identidade grave, ela existe mesmo. “(...) apesar da semelhança entre os sintomas e episódios adolescentes e os sintomas e episódios neuróticos, a adolescência não é uma doença (...)”. (Erikson, 1972, p. 161). No entanto, “(...) alguns jovens que parecem ter uma confusão de identidade algo mais séria, têm-na efectivamente”. (Erikson, 1972, p. 24).

No entanto, “como critérios diferenciadores, Erikson aponta o facto das crises neuróticas e psicóticas se caracterizarem por uma tendência para a repetição, por um desperdício de energia e por conduzirem a um isolamento psicossocial”. (Vaz, 1990, p. 118).

A MORATÓRIA PSICOSSOCIAL

Esta noção de moratória psicossocial foi criada por Erikson para melhor compreender o processo da adolescência. Segundo Vaz (1990) este pode ser considerado como um período de espera que é dado ao adolescente pela sociedade, um período que permite ao jovem explorar-se e explorar o mundo que o rodeia antes de se comprometer com decisões de carácter de alguma forma definitivo. Enquanto o jovem não se encontra ainda capaz de assumir realizações adultas.

A moratória psicossocial vai permitir que o adolescente possa ter determinadas actividades que lhe irão permitir receber um progressivo reconhecimento por parte da sociedade. Concedendo assim “ao *ego* adolescente um apoio indispensável pois vai possibilitar que as defesas mais importantes do *ego* sejam mantidas (...), que realizações anteriores “livres de conflito” sejam mais firmemente estabelecidas e que seja adquirida a identidade”. (Vaz, 1990, p. 119).

4.2. JAMES MARCIA E OS ESTATUTOS DA IDENTIDADE

Apoiado na perspectiva de Erikson, Marcia (1986) sentiu a necessidade de trabalhar critérios psicossociais para determinar níveis de aquisição da identidade do *ego*. Neste sentido postulou a existência de quatro estatutos de identidade que representam estilos diferentes de lidar com esta tarefa psicossocial e elaborou uma entrevista semi-estruturada para a sua avaliação.

Os quatro estatutos são um prolongamento da descrição bipolar de Erikson (identidade / confusão), como formas possíveis de saída da adolescência. Estas não são fases mas sim processos pelos quais os adolescentes passam. Todos os adolescentes irão ocupar um ou mais destes estatutos, pelo menos temporariamente. Mas como estas não são fases, os jovens não passam de uma etapa para a seguinte numa sequência fixa e nem todos passam por todos eles.

Cada estatuto é determinado por dois factores:

O adolescente está comprometido com uma identidade?

Está o adolescente à procura da sua verdadeira identidade?

Bloqueamento da identidade (*Foreclosure*) – o adolescente aceita cegamente a identidade e os valores que lhe foram transmitidos na infância, pela família e outras figuras significativas. A identidade do adolescente é bloqueada até que este determine por si mesmo a sua verdadeira identidade. O adolescente neste estado está comprometido com uma identidade, mas não como um resultado da sua própria investigação ou de crise.

Identidade moratória (*Moratorium*) – o adolescente adquiriu de uma forma vaga ou mal formada compromissos ideológicos e profissionais; está ainda numa fase de procura da identidade (crise). Está a começar a comprometer-se com uma identidade, mas este processo está ainda em desenvolvimento.

Difusão da identidade (*Diffusion*) – o adolescente não tem uma ideia clara da sua identidade e não faz nenhuma tentativa de encontrá-la.

Estes adolescentes podem tido dificuldade em encontrar a sua identidade, e isso nunca é resolvido, eles parecem ter parado de tentar. Não há nenhum compromisso nem nenhuma pesquisa.

Realização da identidade (*Identity Achievement*) – o adolescente desenvolveu de uma forma bem definida valores pessoais e auto-conceitos. A identidade pode ser expandida e mais definida na idade adulta, mas o básico está lá. Estes adolescentes estão comprometidos com uma ideologia e têm forte senso de identidade do *ego*.

4.3. Reflexões acerca do Segundo Problema

A identidade individual ou pessoal, segundo Doron e Parot (1991), “resulta da experiência própria de um sujeito, de se sentir existir e ser reconhecido pelo outro, enquanto ser singular mas idêntico, na sua realidade física, psíquica e social” (p. 398).

Sendo esta a definição de identidade individual no Dicionário de Psicologia acima transcrita, tendo em conta o que nos dizem Erikson e Macia sobre a formação da identidade e o caso da C.S. poderemos perceber que aqui se encontra uma situação de confusão ou difusão de identidade. A C.S. parece estar perdida dentro dela própria.

Poderemos arriscar dizer que esta difusão identitária poderá ter começado no início da sua formação, segundo Erikson, nas primeiras relações sociais vividas em contexto escolar, onde parece ter havido conflitos com os colegas, talvez possamos até dizer que terão ocorrido situações de “bullyng” e a defesa encontrada pela C.S. passou pela agressão aos colegas, pela violência na escola e em casa. Adoptou aí uma postura mais masculina que parece ter dado resultado e a partir daí “colou-a” a si própria.

5. TEORIAS SOBRE ADOLESCÊNCIA E AUTONOMIA

Embora neste capítulo tenhamos dado uma maior importância à visão psicanalítica e psicodinâmica da autonomia, pareceu-nos de alguma utilidade compreensiva abordar sucintamente as perspectivas interaccionista e cognitiva da autonomia na sua vertente menos saudável, para uma melhor compreensão do caso, sendo que esta separação da família nuclear / conquista da autonomia por parte da C.S. se deu ou se tem dado de uma forma, parece-nos, mais patológica do que saudável.

5.1. PERSPECTIVA PSICANALÍTICA E PSICODINÂMICA

Freud foi quem pela primeira vez, no início do século, referiu a importância primordial da separação-individação adolescente ao equacionar os fundamentos básicos da psicologia do desenvolvimento adolescente.

“O desligar do indivíduo da autoridade dos pais é uma das mais necessárias, mas também uma das mais penosas realizações do desenvolvimento. É inteiramente necessário que se realize, e devemos supor que todo o ser humano normal consegue, em certa medida, consumir essa separação”. (Freud, 1909, p. 237 citado por Fleming, 2004, p.43).

Associa, segundo Fleming (2004), a aquisição do estatuto de adulto, em termos maturacionais, à realização da tarefa da separação interna dos objectos primitivos, acentuando os aspectos pulsionais e as mudanças ocorridas na puberdade.

O processo adolescente é definido assim por um duplo registo, que se reflecte um no outro. O *registo da realidade externa*, expresso na forma do conflito de gerações e o *registo da realidade interna*, expresso no abandono das ligações aos primeiros objectos de amor e o investimento em novos objectos heterossexuais extrafamiliares.

Anna Freud (1958), **Loewald** (1962) e **Max Sugar** (1968) falam-nos do processo de separação interno da libido dos primeiros objectos de amor em termos de perda de objecto e processo de luto, permitindo novas identificações e novos investimentos em objectos exteriores à família.

Max Sugar descreve o “luto normal adolescente” em três fases: *separação-protesto* na adolescência inicial, *desorganização*, caracterizada de tumulto, rebelião, vazio e depressão, na adolescência média e a fase de *reorganização* caracterizada por uma acalmia, na adolescência tardia.

Ainda segundo Fleming (2004), a importância do luto das imagos parentais e a escolha do objecto heterossexual é reforçada por **Dias Cordeiro** (1979) que considera essas duas tarefas organizadores do psiquismo adolescente, não podendo ocorrer satisfatoriamente o segundo sem a realização do primeiro.

Amaral Dias & Nunes Vicente (1981) aprofundam este conceito afirmando que o luto adolescente pelo abandono do passado opera através de lutos parciais obrigatórios como o luto pela fonte de segurança, luto renovado do objecto edipiano, luto pelo ideal do Eu, luto pela bissexualidade e luto pelo grupo. Em estreita dependência do trabalho intrapsíquico dos vários lutos, estará a escolha de novos objectos de amor exteriores à família, o que pressupõe já a capacidade egóica de funcionar autonomamente dos pais.

Peter Blos (1967) traz-nos um alargamento e modificação das conceptualizações psicanalíticas dominantes ao sugerir que durante a adolescência dá-se um segundo processo de separação-individuação, reintroduzindo a sistemática de Mahler na compreensão da autonomia adolescente pondo a tónica na importância das relações de objecto, conferindo ao segundo processo de individuação o estatuto particular de motor ou estruturador de todo o processo adolescente.

Blos postula assim, como objectivos desenvolvimentais desta segunda individuação a aquisição dum sentimento de *self* autónomo e com limites bem determinados: “o que na infância é a ruptura da membrana simbiótica para se tornar uma criança individuada (Mahler, 1963) torna-se na adolescência a perda das dependências familiares, o abandono dos laços objectais infantis” (Blos, 1967, p.163).

A propósito da possível confusão entre as representações dos objectos parentais, Blos ainda nos diz que esta confusão é agravada quando os pais participam nas posições mutativas do adolescente e se revelam incapazes de manter o seu lugar de adulto fixo perante uma criança em maturação” (Blos, 1967, p.182, citado por Fleming, 2004, p. 46).

Em relação ao esforço que o adolescente faz para se separar das dependências infantis, Blos identifica modalidades de separação que podem inviabilizar a separação interna, como por exemplo, quando ao forçar uma distância física, geográfica, moral e ideativa da família ou do local da sua infância, o adolescente tenta evitar uma separação interna.

Quanto às mudanças estruturais que permitem a perda dos objectos infantis internos, Blos introduz o conceito de perda do Eu parental, que funcionará como auxiliar do Eu infantil até à adolescência. Esta perda implica deixar a descoberto uma estrutura egóica mais ou menos intacta ou defeituosa, dependendo das condições em que ocorreu o primeiro processo de separação-individuação. O fracasso deste processo na adolescência poderá então ser, em parte, atribuído a uma organização defeituosa do Eu, precocemente alicerçada.

“A psicologia da adolescência deve então ser vista como um sistema energético que tende para alcançar cada vez mais altos níveis de diferenciação até que se estabilize a si próprio num padrão” (Blos, 1962, p. 158, citado por Fleming, 2004, p. 47).

Sendo assim, podemos dizer, conforme Fleming (2004), que a autonomia será um processo gradual de auto-regulação cada vez menos dependente da esfera externa parental, conduzindo a padrões de comportamento regulados agora essencialmente por uma instância propulsora: o ego ideal, onde se conglomeram as partes do *self* mais identificadas às partes boas dos objectos internos parentais, e permitindo ao adolescente projectar-se e projectar o seu próprio futuro com confiança.

Ruthellen Josselson (1980) aprofunda a conceptualização de Peter Blos e refere que o conceito de individuação é central para a compreensão do desenvolvimento do ego e permite ligar a adolescência a um processo contínuo de desenvolvimento e articular entre si outros processos centrais do ego adolescente: a autonomia e a formação da identidade.

Fleming sintetiza o pensamento de Josselson sobre a autonomia adolescente dizendo-nos que “a autonomia, a individuação e a formação da identidade são fenómenos intimamente ligados e interdependentes: a individuação envolve a separação psicológica da “realidade” pais e dos pais introjectados; o processo de individuação decorre ao longo da vida e envolve mudanças no grau de autonomia vs. ligação; durante a adolescência subsiste a necessidade de ligação aos pais tal como subsiste a ambivalência sobre a autonomia; a essência destes processos refere-se à consciência progressiva da necessidade de reorganizar o mundo interno de acordo com as mudanças desenvolvimentais” (Fleming, 2004, p. 49).

A contribuição de **Erikson** foi já referida num capítulo à parte.

O modelo maturacional de **Bowlby** é de grande riqueza para a compreensão de mecanismos tão importantes como a vinculação e a separação. Sendo as teorias da vinculação tão pertinentes na infância como em qualquer outra época da vida, pois constituem um modelo explicativo geral sobre o comportamento e o desenvolvimento.

Segundo Bowlby, a partir das tendências instintivas do bebé para a vinculação à figura materna, que se exprimem através de comportamentos de vinculação (sucção, abraço, sorriso, tendência para agarrar-se), desenvolve-se um sistema interactivo entre o bebé e a figura materna. Aqui, o papel do *feed-back* ambiental tem particular importância, como parte de um sistema de controlo que medeia o comportamento de vinculação.

“Durante a adolescência, a vinculação da criança aos pais cresce mais fracamente. Outros adultos podem vir a assumir importância maior ou igual à dos pais e a atracção sexual pelos pares de idade entra em jogo (...). Num extremo, há os adolescentes que rompem com os pais; no outro extremo há os que permanecem intensamente vinculados e são incapazes ou recusam dirigir o seu comportamento de vinculação para outros; entre estes dois extremos,

encontra-se a grande maioria dos adolescentes cuja vinculação aos pais permanece poderosa, mas em que as ligações a outros têm também muita importância (...).” (Bowlby, 1969, p. 282, citado por Fleming, 2004, p. 52-53).

Steinberg (1983) esquematiza e complementa o modelo de Bowlby de uma forma figurada, que passamos a descrever.

“(...) Na adolescência, o repertório de comportamentos exploratórios (...) aumenta e diversifica-se enormemente, mas num sistema de interacção com as figuras parentais: o adolescente mantém um comportamento de procura-de-proximidade com os pais (...) e espera receber deles um comportamento de cuidados (...). Desta interacção resulta uma maior capacidade de desenvolver comportamentos de exploração, os quais por sua vez accionam em *feed-back* o sistema interactivo pais-adolescentes. A experiência do meio ambiente (...) e de laços vinculativos fortes aos pais contribui para a elaboração do modelo interno do mundo (...).” (Fleming, 2004, p. 55).

Nesta perspectiva e de acordo com o paradigma etológico de Bowlby a(s) figura(s) de vinculação servem de base segura, de ponto de partida para explorar activamente o meio ambiente, num balanceamento gradual e maturativo entre proximidade e afastamento aos pais e da qualidade dos vínculos primitivos e actuais dependerá a maior ou menor capacidade de autonomização.

A importância das vivências emocionais com os pares e outros adultos significativos, continentes (no sentido de Bion) auxiliares do processo de separação-individuação, permitem não só a manutenção de fortes laços vinculativos aos pais como a autonomia, onde os pais funcionam como porto de abrigo seguro, reforçando a auto-estima e a autoconfiança do adolescente.

“(...) O adolescente, confrontado com o desafio da mudança interna e externa (mudanças corporais, de papéis, de relações perdidas e ganhas; novas ideias e conceitos; novos ambientes e situações vivenciais) conta não só com o seu “mundo interno”, povoado (ou não) de “bons objectos” propiciadores de confiança básica e segurança, mas também com as relações actuais com os seus pais, pares, amigos e adultos significativos”. (Fleming, 2004, p. 56).

Amaral Dias (1988) e **Eurico Figueiredo** (1985) falam-nos sobre o conflito de gerações que ocorre naturalmente nesta altura da adolescência.

Para Figueiredo, o adolescente, na busca de uma maior autonomia emocional face aos seus pais, depara-se com uma situação nova e conflitualizante da sua relação: a decepção causada pelo progenitor real quando comparado ao objecto parental interiorizado e idealizado durante a infância.

“Este progenitor real e decepcionante funcionaria como uma dupla ameaça para o adolescente: a ameaça de renúncia precoce a projectos ideais e apreciados pelo adolescente e a ameaça de depressão provocada pelo luto interno de aspirações que o adolescente teme não poder realizar. O ataque adolescente contra aquilo que nos pais o decepciona seria portanto inevitável, despoletando por sua vez nos pais um ataque contra a origem da decepção destes, situada nos filhos.

O conflito de gerações estaria então no cerne duma dupla luta pelo Amor Próprio, travada quer pelos pais quer pelos filhos adolescentes, os primeiros para não perderem o que foi capitalizado ao longo da vida, os segundos para aumentarem o Amor Próprio rudemente abalado pela desidealização dos pais”. (Fleming, 2004, p. 58).

5.2. PERSPECTIVA INTERACCIONAL

Esta perspectiva enfatiza essencialmente os processos interactivos ou transaccionais dentro da família, inter e intrageracionais, que estão ligados ao processo de autonomização do adolescente.

Na perspectiva intergeracional, a separação é entendida como um movimento em direcção a uma relativa individuação mútua. A contribuição activa dos pais para este processo foi evidenciada num trabalho de **Stierlin et al.** (1971) onde se sublinha a importância das percepções parentais sobre a separação.

As percepções e expectativas sobre a capacidade de separação dos filhos são conceptualizadas enquanto factores, podendo em determinadas condições induzir ou inibir a separação. Estas percepções parentais teriam tanto menor influência quanto maior o grau de diferenciação e maturidade do Eu adolescente.

A partir do estudo das forças que interagem no seio do sistema familiar, o autor conceptualiza dois modelos de separação (ou modos transaccionais de separação): o modelo centrípeto e o modelo centrífugo.

Modelo centrípeto – altamente captativo, gratificante dos comportamentos regressivos, indiferenciador e provocando no adolescente sentimentos de culpa face à separação, incapacidade e dependência.

Modelo centrífugo – rejeitante, mistificador da realidade exterior apresentada como fonte de gratificação e segurança, provocando no adolescente a tendência para estabelecer relações precoces com o exterior.

A estes dois modelos correspondem diferentes conflitos de separação:

Acorrentamento (*binding*), em famílias de tipo centrípeto. Corresponde a uma forma de encadeamento afectivo, cognitivo ou moral entre adolescentes e pais. Pais e adolescentes não podem separar-se adequadamente: o adolescente pode permanecer ligado quer por uma

excessiva gratificação regressiva quer por mistificação quer ainda por laços de uma lealdade arcaica. Uma das possíveis “soluções do conflito” é a expulsão dramática, e quando isto acontece a dor pode ser grande, mas pressagia um crescimento posterior. As oportunidades de crescimento falham se os conflitos são evitados ou abordados levando ao retraimento progressivo do adolescente e ao abandono da sua luta pela autonomia.

Expulsão (*expelling*), em famílias de tipo centrífugo. Corresponde ao abandono e/ou rejeição contínua do adolescente. A facilidade com que o adolescente pode contrair relações extrafamiliares não pressagia necessariamente uma autonomia conseguida, uma vez que as experiências de intimidade com os seus pais falharam e o adolescente revela-se incompetente para estabelecer relações profundas, estáveis e consistentes.

Delegação (*delegating*), em famílias onde existem forças centrípetas e centrífugas, onde delegam no adolescente missões que servem as instâncias psíquicas conscientes e inconscientes dos pais e em que a autonomia é permitida ou encorajada consoante a missão que se espera que ele realize. É a capacidade de perceber as missões que lhe são incumbidas que permitirá ao adolescente mudar a balança do poder psicológico e reclamar o seu lugar no mundo dos pares, mesmo que os pais, explorando a sua lealdade, usem mais massivamente manobras de acorrentamento, intensificando-se a luta, geralmente bem sucedida, pela autonomia.

Estes modos transaccionais implicam diferentes potenciais de crescimento e portanto diferentes variações no processo de autonomização adolescente.

Stierlin fala-nos ainda de fuga na adolescência como um modo de separação patológica.

Outra problemática estudada pelos autores é a chamada crise da “meia-idade”, pois é a altura em que normalmente ocorre a adolescência nos filhos, e consiste na tendência que os pais têm para replicar junto dos filhos os modos como eles próprios se ligaram às suas famílias de origem.

“A importância dos conflitos não resolvidos, relacionados com a autonomia e dependência dos pais face às suas famílias de origem, tem sido sublinhada por vários autores enquanto

factor decisivo nas perturbações *borderline* e narcísicas em adolescentes”. (Fleming, 2004, p. 64).

A fusão e a triangulação, são dois conceitos inter-relacionados e indicadores do nível de diferenciação do sistema familiar (**Bowen**, 1978) e que descrevem interações inibidoras da mudança.

A fusão tem a ver com a tendência para dois elementos da família se misturarem um no outro de tal maneira que os limites entre eles são esbatidos (Karpel, 1976, citado por Fleming, 2004) e a triangulação refere-se a uma relação estável intergeracional, em na maior parte das vezes, um dos progenitores está aliado ao filho adolescente e coligado contra o outro progenitor.

Nestas formas de interação, o adolescente pode vir a ver o seu esforço para a individuação altamente inviabilizado, já que aí desempenha funções necessárias para a manutenção do sistema familiar, e a sua individuação pode pôr em risco a homeostase familiar (Fleming, 2004, p. 73).

Terapeutas familiares têm referido algumas funções mais frequentemente desempenhadas pelo adolescente triangulado:

A de “bode expiatório”, para o qual são canalizadas tensões e conflitos familiares e que pode conduzir a uma identidade negativa no adolescente (Minuchin, 1974, citado por Fleming, 2004).

A de parceiro numa coligação de um dos progenitores contra o outro e aqui o risco é do sacrifício da sua própria individuação ao serviço da regulação emocional do subsistema parental (Bowen, 1978, citado por Fleming, 2004).

A de terceiro elemento, coligado ora com um progenitor ora com outro, correndo o risco de uma identidade difusa e de ser acusado de deslealdade em caso de opção por um dos progenitores.

5.3. PERSPECTIVA SOCIAL-COGNITIVA

“A problemática mais relevante para o processo de separação-individação, e de crescente complexidade cognitiva, é a das relações de objecto e da permanência de objecto, sendo a capacidade de perceber a mãe como uma entidade separada a maior e mais necessária tarefa dos três primeiros anos de vida; da sua realização com maior ou menor sucesso depende o prosseguimento mais ou menos harmonioso e saudável do desenvolvimento psicológico da criança. (...) Os processos de vinculação e individuação pressupõem o desenvolvimento de capacidades cognitivas, também a transição do estado de criança dependente e vinculada para a realidade de adulto autónomo pressupõe uma profunda mudança cognitiva”. (Fleming, 2004, p. 77).

Segundo Fleming (2004) o desenvolvimento das capacidades cognitivas do adolescente e o seu efeito na compreensão cada vez mais crítica e elaborada das relações sociais e afectivas no seu meio, são um factor deveras importante de mudança nas relações e interacções familiares.

6. A ESCOLA / O MUNDO EMOCIONAL / O CORPO / O GRUPO / AS ESCOLHAS

Segundo Pinto (2003) a entrada na escola pressupõe exigências e desempenhos tanto para o adolescente como para a sua família, pois num plano da fantasia, serão avaliadas as primeiras relações que agora se confrontam com inúmeros papéis e idiossincrasias.

A criança, para vencer esta etapa, faz apelo à imaginação e ao seu fantasmático mundo interno. A integração na escola depende da qualidade do mundo interno da criança. Na escola entrecruzam-se um sem número de histórias pessoais e fantasias que tomam forma ou não. Aqui a criança tenta transformar os seus conteúdos vivenciais numa matriz simbólica, ou seja, representa por símbolos uma vivência adquirida neste contacto directo. É uma outra transformação da realidade, mediada pela sua função *alfa*, pelo aparelho de pensar o pensamento (Bion, 1966) dando acesso à integração e ao (re)conhecimento.

A aprendizagem varia consoante a integração no meio escolar, com a sua disponibilidade para estabelecer laços com essa nova realidade, sem medo de desintegração e ataque ao seu corpo.

Importa a “qualidade do que é afectivo e afectuoso, do que é fantasma ou fantasia, do que é imaginário ou mítico no pensar da criança e, sobretudo, que é sonho e actividade simbólica”. (Santos, 1988, p. 20, citado por Pinto, 2003, p. 42).

É neste jogo fantasmático e mítico que a criança constrói um modelo de expectativas e ensaia diversos papéis, que são uma extensa lista de escolhas, nas quais a criança tenta confrontar ou evitar o medo de falhar, que a humilha e desqualifica aos seus olhos e aos dos que lhe são mais significativos.

Nesta altura o adolescente confronta-se com uma nova situação, o seu novo corpo, que é sentido muitas vezes como grande e disforme, novo, estranho e tumultuoso. “Sem saber o que fazer com o novo corpo emergente, fica retido numa visão caleidoscópica que o cega e confunde. Tudo é novo e fugaz: o mundo, os pais e ele próprio. O adolescente encontra-se perante uma tempestade de emoções que procuram nome e sentido”. (Pinto, 2003).

Poderá dizer-se que é o regresso ao corpo desconhecido infantil que desperta no adolescente, angústias persecutórias, alidas ao seu corpo desconhecido adolescente. “a actualização de uma nova imagem passa por um tempo onde a indiferenciação e a confusão dos espaços interno e externo introduzem todo um conjunto de manifestações próximas daquelas descritas e identificadas de estranheza corporal, vivência do corpo fraccionado (...). No entanto, este fenómeno faz-se acompanhar da *representação uniária do corpo*”. (Dias, 1988, p. 181, citado por Pinto, 2003, p. 43).

A adolescência apresenta-se, pois, como um movimento dispersivo que procura a integração mental, no qual o mundo adquira um sentido para o jovem. Uma das maiores tarefas é a reorganização da sua imagem corporal, disforme e estranha, assim como a imagem parental que aparece agora assexuada e capaz de amar mas, na fantasia, capaz de retaliar algum pensamento mais incestuoso que possa ocorrer. A transformação biológica implica uma alteração das relações com tudo o que até aí era seguro e definido.

Ainda segundo Pinto (2003) com esta transformação corporal surge também uma nova faceta, o desejo sexual que provoca muitas vezes ansiedades persecutórias tão intensas que inviabilizam a integração e o sentido próprio que o adolescente procura para si e para o mundo.

A emocionalidade adolescente pode ser encarada como um protesto face á não compreensão do que aconteceu consigo, podendo mesmo, por vezes, ser sentido como um castigo ou uma penalização. Os seus protestos e exageros são assim, uma revolta mas também uma procura, por vezes compulsiva ou delirante, dos limites e contornos entretanto perdidos.

A hostilidade interna é projectada e severamente controlada para evitar o esmagamento “imminente”, empobrecendo o seu já debilitado funcionamento mental. “Através desses mecanismos (...) o adolescente excinde uma parte da sua personalidade e projecta-a dentro do objecto onde se instala, por vezes como um perseguidor, deixando correspondentemente empobrecida a psique do qual foi excindida”. (Bion, 1991, p. 69, citado por Pinto, 2003, p. 44).

O adolescente procura então um continente que lhe transforme a angústia fragmentária por outra mais tolerável, que lhe permita restaurar os contornos do seu corpo e conter as partes mais corrosivas da mente.

Os grupos são um elemento integrante no desenvolvimento adolescente. Nele se (re)forma um corpo a partir do anonimato grupal. A escolha do grupo é então, de certo modo, a escolha de um corpo que ao adolescente transforma em projecto de acção e pensamento.

“Grupo e escolha são indissociáveis na adolescência, pois o jovem necessita dum continente onde possa colocar o *puzzle* que pede transformação e/ ou realização. Podemos afirmar que, para o adolescente, o grupo e a vinculação que estabelece com ele é percursora duma escolha de relação com o futuro que o espreita. Esta realidade emocional mostra-nos uma teia de relações que se constroem passo a passo. Dela resulta a escolha de um futuro aqui imaginado.

Escolher é escolher um grupo (corpo anónimo) que contém o corpo estranho e o tolera até à introjecção dum corpo unitário, mais capaz de ser amado pelo próprio e pelo outro”. (Pinto, 2003, p. 101).

O grupo funciona como um Eu auxiliar do adolescente e desempenha uma função continente. Transforma as angústias e desejos funcionando como um “aparelho de transformação” (Kaës, 1986, p. 91, citado por Pinto, 2003, p. 96), que sendo heterogéneo se torna organizador dum tempo (interno e externo) em que se torna necessária a assunção de papéis identificatórios que permitem ao adolescente “ (...) o luto pelo grupo e (...) a viabilidade do homem individual”. (Dias, 1988, p. 209, citado por Pinto, 2003, p. 96).

O grupo tem a tarefa de conter e transformar a distância, em relação á família, capaz de proporcionar, no fim da adolescência, a aquisição duma “(...) família interna, inteira e unida, onde antes existiam objectos ameaçadores, exigindo um preço do resgate pela raiva ou pelo desejo” (*op. cit.* p. 209).

“Tornar-se adulto é ser capaz de estar só sem nunca o estar. É estar numa relação capaz de imaginar e interagir com os objectos internos agora aliados do eu”. (Pinto, 2003, p. 97).

O laboratório familiar, faz a ponte entre o sujeito e o mundo exterior que espera por ele. Neste espaço ensaiam-se inúmeras situações e vivem-se experiências que condicionarão a vida futura. Como é o caso das primeiras escolhas.

“Esta é a génese do amor adulto: um amor impossível é o seu mote e mãe ou pai o seu tema. É aqui que se escolhe o género para o futuro. Um homem ou uma mulher tomam os contornos dessa vivência primeira de tons proibitivos e alicerçam, no imaginário, uma escolha possível, fora deste enredo familiar”. (Pinto, 2003, p. 40).

É no seio da família que a criança esboça e ensaia as escolhas que nos remetem para “(...) os primeiros objectos sexuais (...) que são as pessoas que se preocupam com a sua alimentação, cuidados e protecção”. (Freud, 1914, p. 103, citado por Pinto, 2003, p. 40). A estas escolhas o autor denominou de escolhas de tipo anaclítico.

Quando há uma perturbação nessa fase a escolha poderá ser de tipo narcísico, ou seja, em vez de uma escolha a partir do modelo materno será o próprio Eu o modelo das escolhas amorosas.

Estes modelos não se verificam apenas nas escolhas amorosas mas também noutras. Qualquer escolha tem implícita uma destas modalidades de escolhas mais ligadas ao próprio ou mais dependentes do outro.

7. DISCUSSÃO

Tendo optado por aprofundar temas como a relação materna precoce, a perturbação da identidade e a autonomia na adolescência, e escolhido para estes temas as abordagens dos autores já anteriormente mencionados poderemos nas nossas conclusões ver como estes autores e as suas teorias se aproximam dos temas focados neste trabalho.

Poderemos começar por ver este caso na perspectiva do desenvolvimento psicossocial de Erikson.

Sendo C. S. uma jovem adolescente está em plena fase de desenvolvimento da identidade. Como nos diz Erikson, embora a sua formação esteja em desenvolvimento desde o nascimento, é nesta altura que a identidade, propriamente dita, se revela de uma forma que poderemos considerar “normal” ou confusa (confusão da identidade).

No caso da C. S., julgamos poder afirmar que chega a esta fase e tudo parece indicar que as suas vivências anteriores a levaram num sentido da formação de uma confusão da identidade. Sendo os factores externos, como o contacto com o meio, um factor preponderante para a sua formação, podemos perceber um pouco como esta jovem possa ter chegado a este ponto.

Ao analisar as suas vivências familiares e sociais podemos tirar algumas conclusões nesse sentido. A sua família parece-nos ser, de alguma forma, podemos dizer, pouco comum. A C. S. está inserida num meio familiar onde predomina a homossexualidade bastante vincada. Não só grande parte dos tios paternos são homossexuais como ainda há a mãe de um dos companheiros de um tio que é também homossexual.

Normalmente a família encontra-se nas poucas festas familiares que fazem. A C.S. diz serem poucas, porque a família materna não se dá bem.

Um dos tios homossexual é o grande companheiro da C. S. Saem juntos para ir ver, ele, homens, e ela, raparigas. É neste tio que a C. S. se apoia, é nele que ela confia. É com ele que ela desabafa e este tio parece encorajar o seu comportamento.

Dois dos irmãos da C. S. têm comportamentos exageradamente femininos. Têm brincadeiras de meninas. Um deles gosta, inclusivamente, de se vestir de rapariga e ambos brincam com bonecas, para além de terem maneirismos femininos. São gozados na escola, que é uma situação que perturba e preocupa muito esta irmã mais velha que também já passou por isso e tenta então defender os irmãos, mesmo fisicamente.

Sendo nesta altura que se procede à síntese das identificações infantis, que identificações terá a C. S. no seu imaginário? Quais as identificações que poderão ser saudáveis que a rodeiam?

No entanto, ao falar da gravidez actual da mãe, a C.S. demonstra um lado carinhoso, afectivo, maternal e mesmo feminino. Divaga sobre a possibilidade de ajudar a mãe a tratar do bebé. Que se for uma rapariga poderá mesmo ficar a dormir no seu quarto. Isto faz-nos pensar que há um lado feminino e maternal, que no entanto, a C.S. parece não saber ou não conseguir lidar com ele.

Na escola, as relações dos colegas também não foi fácil. A C.S. era gozada na escola pelo seu comportamento nitidamente masculino. Começou a defender-se afastando-se de todos e a ser extremamente agressiva. Começou a adoptar uma postura cada vez mais masculina, e, de certa forma, transformou-se num rapaz.

Nesta fase o jovem, segundo Erikson, começará a apresentar-se como uma pessoa diferenciada e que é reconhecida pela sociedade. Parece-nos que a C.S. se “colou” a uma imagem que não é real, mas que parece ser, à partida, uma imagem que lhe dá segurança e talvez sinta ser com esta imagem não real que a sociedade melhor a reconhece.

Como poderá a C.S. sentir confiança em si e nos outros, não conseguindo mostrar quem ela realmente é? Automaticamente toda a questão da autonomia, que é suposto haver nesta altura, está comprometida, assim como a questão da imaginação acerca do que poderá ser ou a capacidade de execução de tarefas. O sentido de si não pode estar, desta forma, adquirido de uma forma verdadeira.

Esta é também uma altura em que a maturidade sexual estará atingida, segundo Erikson. A C.S. já teve relacionamentos amorosos com um rapaz e com raparigas. Do ponto de vista

meramente emocional a C.S. admite só se interessar verdadeiramente por relacionamentos com raparigas.

O único relacionamento mais sério que ela teve foi com uma rapariga e terminou porque ela foi viver para longe, o que deixou a C.S. arrasada.

Será que a C.S. adoptou uma figura masculina por ser a única forma de se sentir aceite pelos que a rodeiam e enfatiza esta atracção pelas raparigas por, no fundo, se sentir próxima delas já que também ela é uma rapariga? Será uma forma de se manter em contacto com a sua feminilidade? Ou mesmo com o seu verdadeiro Eu?

Apesar de ser frequentemente normal haver experiências homossexuais no início da adolescência, por questões de curiosidade e de proximidade, este não nos parece ser o caso, simplesmente, com a C.S.

Parecendo-nos haver aqui um caso de confusão da identidade, poderemos mesmo dizer que a C.S. desenvolveu, neste momento, uma identidade negativa, como nos apresenta Erikson, em que o adolescente tenta ser outra pessoa, querendo mesmo ser chamado por outro nome. Neste caso, poderemos dizer, como sugere Erikson, que a C.S. poderá ter de facto uma confusão da identidade grave. Que não será só algo normal relacionado com as crises próprias desta altura mas algo mais profundo que deverá ser acompanhado muito seriamente.

O isolamento psicossocial já se faz sentir de uma forma muito acentuada neste momento.

Segundo Marcia e os seus estatutos da identidade, embora não tenha sido aplicada a entrevista semi-estruturada, utilizada como instrumento para se chegar a conclusões mais precisas, penso que podemos supor que a C.S., terá uma identidade difusa.

Pensando numa perspectiva que abrange uma análise da vida mais precoce, nas suas relações com a figura materna, basear-nos-emos em alguns pontos focados por André Green e Bion.

A mãe da C.S. juntou-se com outra pessoa que não é o seu pai biológico. Sabemos que o pai biológico tem, pelo menos, uma filha com a idade da C. S. Esta relação da mãe da C. S. com o seu pai biológico foi, portanto, simultâneo com outra relação que o pai tinha. Não sabemos nada em relação a esta parte da história, mas podemos supor que desta relação

resultou, não só uma filha, como outras questões que poderão envolver sentimentos e emoções negativas por parte da mãe, que se poderão reflectir na sua atitude face à filha.

A C.S. refere que não tem uma relação muito próxima com a mãe. Sempre se relacionou melhor com o pai, que a adoptou desde que esta nasceu, e que supostamente a C. S. nem sabe que não é seu pai biológico.

Talvez a mãe da C.S. se tenha “afastado” desta relação deixando o pai estabelecê-la. Não temos dúvidas da preocupação do pai com esta filha. Que este a trata como se fosse sua. O seu medo em contar à filha que não é o seu pai biológico.

De facto, o pai parece estar muito mais presente na vida desta filha do que a mãe. A C.S. fala dele com muito carinho, mais perceptível nas consultas, do que em relação à mãe.

Segundo o conceito de *reverie* de Bion, esta mãe não terá provavelmente desenvolvido esta função com a sua filha, não intuindo antecipadamente aos seus pedidos os desejos desta filha. Neste sentido, a mãe possivelmente não foi capaz de receber os elementos *alfa*, desorganizados, da filha e transformá-los em elementos *beta*, organizados, para o bebé.

Esta mãe, sendo assim, não foi uma boa contentora, função essencial para o crescimento mental da criança.

Podemos completar estes conceitos com o conceito de mãe morta de André Green, embora os conceitos de Bion digam respeito à incapacidade da mãe e o de Green tenha a ver com as consequências desta mãe para a criança.

A mãe morta trata-se de uma imago que o bebé criou da sua própria mãe. O que demonstra o quanto uma mãe deprimida pode afectar o seu filho. Uma mãe morta psiquicamente, que transforma brutalmente o objecto vivo, fonte de vitalidade da criança numa figura distante. Isto terá um peso muito grande na vida futura da criança, nomeadamente ao nível do seu futuro libidinal, objectal e narcisista.

O desinvestimento afectivo da mãe face à criança, é vivido por esta como uma catástrofe. O amor que este filho sentia por parte da sua mãe foi repentinamente perdido, havendo assim um trauma narcisista. A criança não percebe o que aconteceu.

Aqui é a criança que ao ficar precocemente dependente das variações de humor da mãe desenvolve a capacidade de adivinhar ou antecipar os acontecimentos numa tentativa de dominar a situação traumática.

Esse domínio, no entanto, poderá fracassar, segundo Green (1983), pois as sublimações idealizadas precocemente são provenientes de formações psíquicas prematuras e precipitadas, o que abrirá a possibilidade de o sujeito ser incapaz de se equilibrar nas suas relações de objecto e ter um ponto vulnerável nesse sentido, que é sua vida amorosa. A mãe morta ocupará sempre o centro do seu Eu.

Daqui passamos para a noção de psicose branca, termo introduzido por Green e Donnet (1973) que assim descrevem a noção de “núcleo psicótico fundamental” caracterizado pelo branco do pensamento, a inibição das funções de representação e a bitriangulação.

A psicose branca seria a psicose sem psicose, uma estrutura-matriz como condição de possibilidade da manifestação psicótica, sem que, necessariamente, tal manifestação se dê.

Green (1973, cit. por Sá, 2003, p. 18) utiliza o termo “psicose fria” (ou psicose branca) “dando relevo aos conteúdos nocivos que a mãe não desintoxica na relação, aproximando-a, em qualidade, à relação psicótica, sem contrapartidas delirantes”.

A C.S. poderá encontrar-se num quadro de psicose branca, um luto branco caracterizado por um desinvestimento massivo que deixa buracos psíquicos.

Há conteúdos mentais que ficaram por elaborar nas suas relações precoces e que contribuiriam para o crescimento psíquico da C.S., podendo esta ser a origem para estes afectos contraditórios em relação a si própria.

A confusão da identidade bem visível neste caso em conjunto com as outras situações possíveis referidas anteriormente deixam no ar apenas uma sensação de impotência e igualmente de vazio. Esta situação mereceria uma análise e um acompanhamento muito mais aprofundado, dado as questões que em pouco tempo levantou.

Max Sugar, ao descrever em diferentes fases o “luto normal adolescente”, fala-nos numa segunda fase como sendo de tumulto, rebelião, vazio e depressão e chama a esta fase de

desorganização. O que vai de encontro, em parte, com a confusão da identidade que temos vindo a referir neste caso. O vazio e a depressão parecem-nos também bem visíveis.

As dificuldades reactivadas e espondeadas na adolescência resolvem-se facilmente quando o adolescente está inserido num quadro de referências familiares, escolares e sociais estáveis e estruturantes. Como podemos deduzir, no caso da C.S., no seu mundo familiar não haverá esta estabilidade que permita estas vivências de uma forma estruturante.

Quanto ao meio escolar, o grupo parece não fazer grande sentido. Sendo uma base essencial, depois da família, para experiências e vivências mais autónomas, parece que a C.S. não conseguiu estabelecer estas relações de uma forma saudável, tanto que se passou a identificar-se uma outra pessoa, para se sentir aceite.

Irão as escolhas da C.S. mais no sentido do modelo narcísico?

Será que vestiu durante tanto tempo e com tantos reforços positivos a capa masculina, numa determinada altura, que agora não a consegue nem sabe como tirá-la?

Terá a mãe da C.S. conseguido transmitir-lhe algumas referências femininas?

Mesmo esta questão da homossexualidade, de certa forma, parece ser uma forma de confronto contra a mãe, que sempre disse que não aceitava filhos homossexuais e por outro lado uma tentativa de aproximação ao pai (que poderá estar agora na eminência de não ser o seu pai, pelo segredo que está para ser revelado).

Poderemos ainda pensar na possibilidade de aproximação ao pai, “apropriando-se” do mesmo género dos irmãos (filhos biológicos do pai) adoptando assim uma postura marcadamente masculina.

8. CONCLUSÃO

Sendo o objecto deste trabalho a psicose branca, pensamos que este caso nos ilustra bem esta temática e nos levou a pensar, de uma forma mais aprofundada sobre ela. Podemos então, chegar a algumas conclusões.

Nunca conseguiremos chegar a conclusões reais sem um acompanhamento mais profundo, apenas é possível fazer suposições, teóricas.

Este caso levanta-nos questões que nos levam a reflectir sobre essencialmente três pontos principais, que são a questão da relação materna mais precoce que terá existido entre a C.S. e a sua mãe, as dificuldades no estabelecimento da autonomia por parte da C.S. e a questão da perturbação da identidade, bastante visível na C.S.

Poderemos, na nossa perspectiva incompleta dos dados, mas dada a informação que foi possível recolher e a revisão bibliográfica utilizada neste estudo, concluir que poderá tratar-se tanto de um caso de confusão de identidade de que nos Erikson, como um caso de psicose fria, em que, não havendo descompensação propriamente dita, há um vazio que foi deixado muito precocemente na relação com a mãe.

Esta relação precoce desenvolvida com a mãe poderá ter levado a C.S. a agora ser incapaz de se equilibrar nas suas relações de objecto e isto é visível num ponto muito vulnerável desta altura que são as vivências amorosas.

Este foi um caso interessantíssimo, que infelizmente deixou imensas dúvidas e um sentimento, em mim, também branco. Ficou muito por preencher, muitos dados por recolher e muito por melhor perceber.

Mesmo assim, o desafio de estudar este caso não se ficou pela falta de informação e decidimos avançar dada a riqueza do seu conteúdo, que foi possível perceber na sua breve passagem pela consulta no Centro de Saúde.

Julgamos tratar-se de uma adolescente em risco, que não tendo descompensado de uma forma psicótica, propriamente dita, nada nos diz que não o poderá fazer ainda.

Julgamos, no entanto, não haver dúvidas quanto ao seu enorme sofrimento. Sentimos que seria de uma necessidade extrema o seguimento terapêutico desta jovem, no sentido de esta se tentar encontrar e aceitar. De perceber até que ponto as suas vivências poderão ser fruto de um enorme mal-estar interno ou de uma confusão de identidade propriamente dita. De qualquer forma tentar apaziguar a sua dor e os seus conflitos internos que nos parecem bem claros, embora não tenha sido possível chegar ao fundo destas questões.

Chegando ao fim deste trabalho e tendo em conta toda a sua temática poderemos talvez pensar que a difusão da identidade será uma forma de psicose branca. O preencher de um vazio que ficou por preencher, embora de uma forma confusa e pouco consistente, sendo neste caso concreto uma identidade difusa.

9. REFERÊNCIAS

Amaral Dias, C. (1988). *Para uma psicanálise da relação*. Porto: Edições Afrontamento.

Amaral Dias, C., & Nunes Vicente, T. (1981). *A depressão no adolescente*. Porto: Edições Afrontamento.

Bion, W. R. (1991). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago.

Blos, P. (1967). *The second individuation process of adolescence*. *Psychoanalytic Study of the Child*, Vol. 22, 162-186.

Bowen, M. (1978). *Family therapy*. In *Clinical Practice*. New York: Jason Aronson.

Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss*. Vol. I, London: The Hogart Press.

Dias Cordeiro, J.C. (1979). *O adolescente e a família* Lisboa: Moraes Editores.

Doron, R., & Parot, F. (Eds.). (1991). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores

Erikson, E. H. (1966). *Enfance et société* (trad. francesa). Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

Erikson, E. H. (1972). *Adolescent et crise – la quête de l'identité* (trad. francesa). Paris: Flammarion.

Erikson, E. H. (1985). *L'avenir de l'éducation sexuelle et la psychanalyse*. In M. Cifali e J. Moll (Eds.). *Psychanalyse et pédagogie*. Paris: Dunod.

Figueiredo, E. (1985). *No reino de Xantum. Os jovens e o conflito de gerações*. Porto: Edições Afrontamento.

Fleming, M. (2004). *Adolescência e autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Edições Afrontamento.

- Freud, A. (1958). *Adolescence. The psychoanalytic study of the child*, vol. XIII, 255-278.
- Freud, S. (1909). *Family romances*. London, Standard Edition, 9, 237-241, 1959.
- Green, A., & Donnet, J-L. (1973). *L'Énfant de ça, psychanalyse d'un entretien: la psychose blanche*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Green, A. (1983). *Narcissisme de vie. Narcissisme de mort*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Josselson, R. (1980). *Ego development in adolescence*. In Adelson J. (ed.), *Handbook of Adolescent Psychology*. New York: Wiley.
- Loewald, H. W. (1962). *Internalization, separation, mourning and the superego*. *Psychoanalytic Quarterly*, 31, 483-504.
- Marcia, J. (1986). *Development and validation of ego identity status*. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 118-133.
- Pinto, J. M. (2003). *Adolescência e escolhas: à descoberta da singularidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sá, E. (2003). *Patologia borderline e psicose na clínica infantil*. Lisboa: Edições ISPA.
- Steinberg, B. (1983). *The clinical psychiatry of adolescence*. New York: John Wiley & Sons.
- Stierlin, H.; Levi, L.D., & Savard, R.J. (1971). *Parental perceptions of separating children*. *Family Process*, 10, 411-427.
- Sugar, M. (1968). *Normal adolescent mourning*. *Am. J. Psychoter.*, 22, 258-269.
- Vaz, P. P. (1990). *Aspectos psicopedagógicos na obra de E. Erickson*. *Revista Psychologica*, 4, p. 105-124.